

ASPECTOS GERAIS

= Matérias relacionadas a:

- Despesas
 - Receitas
 - Créditos
- } públicos

LEI COMPLEMENTAR

- Disporá sobre:
(em uma ou várias L.C.s)

1. Finanças públicas

2. Dívida pública interna e externa

↳ Inclusive de:

- Autarquias
- Fundações
- Entidades controladas pelo poder público

3. Concessão de garantias pelas entidades públicas

4. Emissão e resgate de títulos da dívida pública

5. Fiscalização financeira da administração pública { direta e indireta

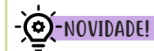
6. Operações de câmbio por órgão e entidades de { União estados/DF municípios

7. Compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da união

↳ Resguardadas características e condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional

↳ A lei 4.320/64 foi recepcionada pela CF/88 como L.C.

FINANÇAS PÚBLICAS



NOVIDADE! EC 109/2021

8. Sustentabilidade da dívida, especificando:

- 1) Indicadores de sua apuração
- 2) Níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida
- 3) Trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação
- 4) Medidas de { ajuste suspensões vedações
- 5) Planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida

- Essa L.C. pode autorizar as vedações previstas no art.167-A.

FINANÇAS PÚBLICAS

BANCO CENTRAL

- Exerce a competência da união de **emitir moeda** de forma exclusiva!
- Pode { comprar e vender } títulos do Tesouro Nacional
 - Para regular:
 - Oferta de moeda
 - Taxa de juros
- É **vedado** ao BACEN conceder (Direta ou indiretamente) empréstimos a:
 - Tesouro nacional
 - Qualquer órgão/entidade que não seja instituição financeira

DEPÓSITO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA:

- Da União → no BACEN
- Estados/DF e Municípios
 - + órgão/entidades
 - + empresas controladas pelo poder público
 → Em instituições financeiras oficiais
 - Ressalvados os casos previstos em lei

NOVIDADES

EC 108/2020



- União, Estados/DF, Municípios } disponibilizarão suas { Informações e dados }
 - Contábeis
 - Orçamentários
 - Fiscais
- Conforme { Periodicidade, Formato, Sistema } estabelecidos pelo
- órgão central de contabilidade da união
- De modo a garantir { Comparabilidade, Rastreabilidade, E publicidade } dos dados
 - Devem ser divulgados em **meio eletrônico** de acesso **público**

EC 109/2020

- União, Estados/DF, Municípios } Devem conduzir suas **políticas fiscais** de modo a manter as **dívidas** públicas em níveis **sustentáveis**

- Elaboração** e **execução** de planos e orçamentos
 - Indicadores fiscais ↔ Compatibilidade ↔ Sustentabilidade da dívida

ASPECTOS GERAIS

- = Plano plurianual
Instrumento de planejamento
 - Para um período de **4 anos**
 - Pode ser **revisado** durante sua vigência:
 - Inclusão
 - Exclusão
 - Alteração
 de programas
 - Planos e programas previstos na CF/88
 - Nacionais
 - Regionais
 - Setoriais
- Devem ser elaborados em **consonância** com o P.P.A. e apreciados pelo Congresso Nacional.

💡 **NOVIDADE!** EC 109/2021: o PPA deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

CONCEITOS IMPORTANTES

- **Diretrizes** → Normas gerais, estratégicas.
 - **Objetivos** → O que deve ser feito
 - **Metas** → Medidas do alcance do objetivo
 - **Programas de Duração Continuada** → Programas governamentais sem prazos de conclusão relacionados às suas finalidades.
(Não apresentam aqueles das atividades- meio)
- Interpretação restritiva para fins de inclusão no PPA

CONCEITO

📋 CAI MUITO!

- Estabelece, de forma **regionalizada**:
 - Diretrizes
 - Objetivos
 - Metas
 da administração pública federal
- para as despesas:
 - De capital e outras delas decorrentes
 - Relativas aos programas de duração continuada

P.P.A.
= NA CF/88 =

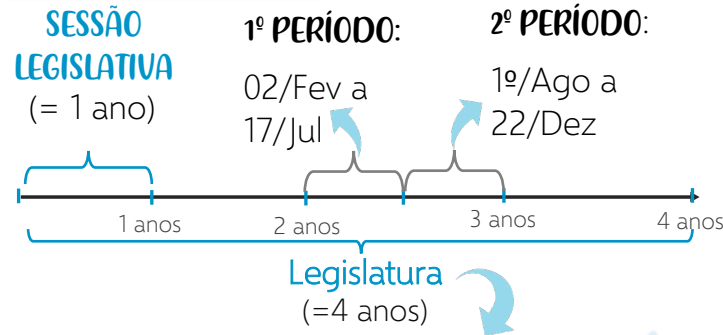
INVESTIMENTOS

Inclusive com aquisição de imóveis necessários

- = Despesas com:
 - Softwares
 - Planejamento e execução de obras
 - Aquisição de
 - Instalações
 - Equipamentos
 - Material permanente
- Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem:
 - Prévia inclusão no P.P.A. ou
 - Lei que autorize a inclusão

Sob pena de **crime de responsabilidade**
(Logo, se sua execução não ultrapassa um exercício financeiro, ele não precisa estar previsto no P.P.A.)

LINHA DO TEMPO



1 Legislatura = 4 sessões legislativas

1 Sessão legislativa = 2 Períodos legislativos

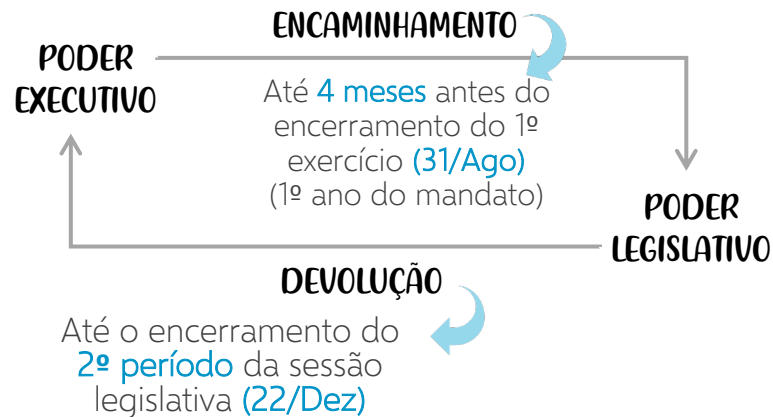
Entre cada período legislativo, há um **recesso legislativo**.

PPA.
= NA CF/88 =

PRAZOS PARA O P.P.A.

CAI MUITO!

(Federal)



OBSERVAÇÕES

- Cada **Estado/DF** e **município** tem seus próprios PPA/ LDO/ LOA
- A **iniciativa** do PPA é sempre do **Poder Executivo**.

IMPORTANTE!

O período de **vigência do P.P.A.** não se confunde com o **mandato** do chefe do executivo.

(Para manter a continuidade dos programas)

Ele é elaborado no **1º ano** do mandato e entra em vigor no **2º ano**

ASPECTOS GERAIS

- Surgiu com a **CF/88**
- É o elo entre P.P.A. → L.O.A.

- É **anual**.
Estratégico Operacional

Obs.: A L.R.F. previu novas funções para a L.D.O.:

- Obrigatoriedade dos anexos de
 - Metas fiscais
 - Riscos fiscais
- Deve dispor sobre o equilíbrio de receitas e despesas

(Detalhadas mais à frente)

PRAZOS PARA A L.D.O.

(Federal)



PODER
EXECUTIVO

ENCAMINHAMENTO

Até **8 meses e meio**
antes do encerramento
do exercício (**15/Abr**)

PODER
LEGISLATIVO

DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do
1º período da sessão
legislativa (**17/Jul**)

L.D.O.
= NA CF/88 =

CONCEITO



- Compreende
 - Metas e Prioridades da administração Pública Federal
- **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** estabelecerá **diretrizes** de política fiscal e respectivas **metas**.
(Em consonância com trajetória sustentável da dívida pública)
- **Orientará** a elaboração da **L.O.A.**
- Disporá sobre **alterações na legislação tributária** (mas não pode criar, suprimir, aumentar, diminuir ou autorizar tributos)
- Estabelecerá a **política de aplicação** das agências financeiras oficiais de **fomento**.
(Ex.: bens, BB, Caixa,...)

NOVIDADE! **EC 109/2021:** a LDO deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.



A sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação da L.D.O.

ASPECTOS GERAIS

- É o orçamento propriamente dito.
 - Prevê → Arrecadação de **receitas**
 - Fixa → Realização de **despesas**
- Diz respeito ao período de **1 ano**.
- Finalidade = Concretização dos objetivos e metas do **P.P.A.**
 - Em consonância com o estabelecido na L.D.O.
- O **projeto** da L.O.A. deve ser acompanhado de **demonstrativo regionalizado** do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:
 - Isenções
 - Anistias
 - Remissões
 - Benefícios de natureza
 - Subsídios

Financeira
Tributária
Creditícia

NOVIDADE! **EC 109/2021:** a LOA deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

PRAZOS PARA A L.O.A.

CAI MUITO!

(Federal)

PODER EXECUTIVO

ENCAMINHAMENTO

Até **4 meses** antes do encerramento do exercício (**31/Ago**)

É igual ao do P.P.A.

PODER LEGISLATIVO

DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **2º período** da sessão Legislativa (**22/Dez**)

CONCEITO

- A L.O.A. **compreenderá**:
 - Orçamento fiscal
 - Orçamento de investimento das empresas
 - Orçamento da seguridade social
- = **Tripartição orçamentária**
 - Apenas para melhorar organização da L.O.A.
 - São

Integrados
Organizados e
Consolidados.

L.O.A.
= **NA CF/88** =

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Não** podem existir **orçamentos paralelos!**

É VEDADO:

- O início de

Programas ou
Projetos

 não incluídos na L.O.A.
- Proíbe a consignação de crédito com

Finalidade imprecisa ou
Dotação ilimitada

ORÇAMENTO FISCAL

- Referente aos poderes da União
 - + Seus
 - Fundos
 - Órgãos
 - Entidades da Administração Direta e Indireta
- Inclusive as **fundações** { Mantidas e Instituídas pelo poder público.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

- Investimento das empresas em que a União,
 - Só os investimentos! As despesas de custeio **não** precisam estar na L.O.A.
 - direta** ou **indiretamente**, detenha a **maioria** do capital social **com direito a voto**.
(= Empresas controladas pela União)

L.O.A.
= NA CF/88 =

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- Seguridade social = { Saúde
Previdência
Assistência social
- Educação **não** faz parte!
- Abrange todos os órgãos e entidades a ela vinculados (Administração direta e indireta)

- Órgãos **vinculados** aos ministérios correspondentes:
 - Todas as despesas independentemente da natureza da despesa
- Órgãos **não vinculados** aos ministérios correspondentes:
 - Só as despesas típicas da seguridade.

- + **Fundos e fundações** { Mantidos e Instituídos pelo poder público



- Os orçamentos { Fiscal e De investimento das estatais } têm o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional

**ESTATAIS NÃO
DEPENDENTES**

Orçamento de
investimento das estatais

**ESTATAIS
DEPENDENTES**

Orçamento fiscal e da
seguridade social

L.O.A.

ASPECTOS GERAIS

- = Autoriza a **transferência de recursos**

federais a

{	DF	mediante emendas individuais ao projeto de L.O.A.
	Estados	
	Municípios	

TIPOS

TRANSFERÊNCIA ESPECIAL:

- Possibilita ao ente firmar contratos de **cooperação técnica** para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos
- Pelo menos 70% → Aplicadas em despesa de capital

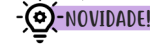
RECURSOS:

- Repassados **diretamente** ao ente (Independente da celebração de convênios, etc.)
- Pertencerão ao ente quando da efetiva transferência.
- Aplicados em **áreas de competência** do Poder Executivo do ente beneficiado.

TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA:

- Os recursos serão:
 - **Vinculados** à programação estabelecida
 - Aplicados em **áreas de competência** constitucional da União

= NA CF/88: EC 105/19 =



IMPORTANTE

- Os recursos transferidos **não** integrarão a receita dos entes beneficiários para fins de:
 - Repartição
 - Cálculo dos limites de despesa com pessoal (Ativo/inativo)
 - Cálculo dos limites de endividamento do ente.
- **Vedado** o uso dos recursos para:
 - Despesa com **pessoal** e encargos sociais
 - Encargos do **serviço da dívida**

PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

- A L.O.A. deverá conter **todas** as { receitas e despesas } *

+ seus { Fundos
Órgãos
Entidades da administração direta de indireta

Inclusive as **fundações** { mantidas e instituídas }
pelo poder público

* Todas as **receitas** → Inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.

Todas as **despesas** → Próprias dos órgãos ou que por intermédio deles se devam realizar.

- A **L.O.A.** compreenderá:
 - Orçamento **fiscal**
 - Orçamento **de investimento das estatais**
 - Orçamento **da seguridade social**

PRINCÍPIO DA UNIDADE

- O orçamento deve ser **uno**.
- = Somente um orçamento por ente da federação
- Visa **eliminar** a existência de **orçamentos paralelos**
→ Facilita o controle racional e direto das operações financeiras.

PRINCÍPIO DA TOTALIDADE

- Há coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem ser consolidados.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

PRINCÍPIO DA ANUALIDADE OU PERIODICIDADE

- O orçamento deve ser { elaborado e autorizado } para o período de 1 ano.
(= 1 exercício financeiro)
- Para que o **executivo** tenha que pedir permissão periodicamente ao **legislativo**
- O **P.P.A.** não é considerado exceção.
(É um plano estratégico e não operacional)
- São considerados **exceções** os créditos **especiais** e **extraordinários** reabertos no exercício seguinte.

PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

- As **receitas** e **despesas** devem constar do orçamento pelos seus **totais**.
→ Sem qualquer dedução
- **Veda** que sejam incluídas em seus **montantes líquidos**.
- Cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra =
Orçamento da { Transfere: **despesa**
entidade que { Recebe: **receita**

PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

- As **receitas** e **despesas** devem ser discriminadas, demonstrando a Origem e Aplicação } dos recursos.
- A lei orçamentária **não** consignará **dotações globais** destinadas a atender indiferentemente as despesas de:
 - Pessoal
 - Material
 - Serviços de terceiros
 - Transferências
 - Outras.

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

- A lei orçamentária **não** conterá dispositivo estranho à { Previsão de receitas
Fixação de despesas
→ Excetuando-se da proibição:
 - Autorização para **abertura de créditos suplementares**
 - Contratação de **operações de crédito** (Ainda que por antecipação de receita)
- Para **evitar** que o orçamento seja utilizado para aprovação de **matérias estranhas**. (aproveitando-se da celeridade de sua tramitação)

- **Exceções** = despesas que se referem a :
 - Programas especiais de trabalho.. (Por sua natureza, não podem cumprir as normas gerais de execução da despesa)
 - Reservas de contingência (Para enfrentar possíveis perdas advindas de situações emergenciais)

principios
orçamentários

PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO ESTORNO

- O administrador público não pode:
 - Transpor
 - Remanejar
 - Transferir**Recursos sem** autorização legislativa
- Exceção:** ato do poder executivo pode, **sem prévia autorização do legislativo**,
 - Transpor
 - Remanejar
 - Transferir**Recursos** de uma categoria de programação no âmbito das atividades de
 - Ciência
 - Tecnologia
 - Inovação,com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções

PRINCÍPIO DA QUANTIFICAÇÃO DOS

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- São **vedadas**:
 - Concessão de **créditos ilimitados**
 - Utilização

Cada crédito deve ter e respeitar sua respectiva dotação
- Dotação** = montante de recursos financeiros do crédito orçamentário.

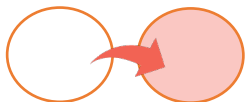
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

CONCEITOS IMPORTANTES:

TRANSPOSIÇÃO



REMANEJAMENTO



TRANSFERÊNCIA



No mesmo órgão e mesmo programa

= Realocações entre as categorias econômicas de despesas

PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

- Visa assegurar que:

Despesas autorizadas

→ Não superem →

Previsão de receitas
- A L.D.O. tratará do **equilíbrio** entre receitas e despesas (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- Contábil e formalmente**, o orçamento estará **sempre equilibrado**.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Todos os instrumentos de { Planejamento
Orçamento
Serão **leis**. (Resultado de um processo legislativo completo)

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

- É **condição de eficácia** do ato sua divulgação em veículos oficiais de comunicação

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

- Exige a ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de:
 - Instrumentos de (PPA, LDO, LDA) { Planejamento
Orçamento
 - Prestação de contas + parecer prévio
 - Relatórios (Relatório resumido de execução orçamentária + relatório de gestão fiscal)
 - Anexos
- A transparência será assegurada mediante:
 - Incentivo à participação popular
 - Acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.
 - Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle

PRINCÍPIO DA PROGRAMAÇÃO

- O **orçamento** deve expressar as
 - Realizações e Objetivos de forma { programada planejada
- O **orçamento** deve ter conteúdo e forma de programação
- Vincula normas orçamentárias a:
 - Consecução e finalidade do PPA
 - Programas { Nacionais Regionais Setoriais de desenvolvimento.

PRINCÍPIO DA CLAREZA

- O **orçamento** deve ser apresentado em linguagem
 - Clara e Compreensível
- e expresso de forma
 - Clara
 - Ordenada
 - Completa

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO DE RECEITAS

- Nenhuma receita de **impostos** poderá ser (das demais espécies tributárias, podem) reservada/comprometida para atender a determinados gastos.
- Salvo as **ressalvas constitucionais**:
 - Repartições constitucionais de impostos
 - Destinação de recursos para:
 - Saúde
 - Desenvolvimento do ensino
 - Administração tributária
 - Prestação de garantias às operações de crédito por A.R.O. (Antecipação de receita orçamentárias)
 - Garantia/contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.


PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

- O orçamento deve manter uma mínima **padronização/uniformidade** na apresentação dos dados
- Para permitir a **comparação entre os orçamentos**

VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

SÃO VEDADOS:

1. Início de { Programas não incluídos na L.O.A.
Projetos
 2. Realização de despesas ou } que **excedam** os
assunção de obrigações } créditos orçamentários ou adicionais.
 3. Realização de **operações de crédito** que excedam o montante das **despesas de capital**. (= Regra de ouro)
→ **RESSALVADAS** as autorizadas mediante créditos suplementares/especiais com finalidade precisa → Aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta
 4. A **vinculação** da receita de **impostos** a { órgão
fundo
despesa
- **RESSALVADAS:**
- **Repartição** constitucional
 - Recursos para { ações e serviços de **saúde**
manutenção e desenvolvimento do **ensino**
atividades da **administração tributária**
 - Prestação de **garantias** às operações de crédito por A.R.O. (antecipação de receita orçamentária)
 - Prestação de **garantia** e **contragarantia** à União e pagamento de **débitos** para com esta.

5. A abertura de crédito { Especial ou
Suplementar } **sem**:
 - Prévia autorização legislativa
 - Indicação dos recursos correspondentes
6. Transpor } **Recursos sem** autorização legislativa
Remanejar }
Transferir }
7. Concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.
Proíbe a consignação de crédito com {
 - Finalidade imprecisa ou
 - Dotação ilimitada
8. Instituição de **fundos** de qualquer natureza **sem** autorização legislativa
(EC 109/2021)
9.  **NOVIDADE!** A criação de **fundo público**, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante:
 - **Vinculação** de **receitas**
 - **Execução direta** por programação **orçamentária/financeira** de órgão ou entidade da administração

VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

SÃO VEDADOS:

9. Utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento
 - { Fiscal ou Da seguridade social para **suprir necessidades** ou cobrir déficits de
 - { Empresas
 - { Fundações
 - { Fundos
10. A **transferência** voluntária de recursos ou concessão de **empréstimos** (inclusive por A.R.O.) pelos
 - Governos
 - { Federal e Estaduais ou
 - Suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal
 - { Ativo
 - { Inativo
 - { Pensionista
11. O uso de recursos das **contribuições sociais** para **despesas distintas** do pagamento de **benefícios do R.G.P.S.**
12. Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem
 - { Prévia inclusão no P.P.A. ou
 - { Lei que autorize a inclusão

-NOVIDADE! (EC 128/22)

A lei não imporá nem transferirá qualquer **encargo financeiro** decorrente da prestação de **serviço público** (inclusive despesas de pessoal e seus encargos) para a União, Estados, DF ou Municípios, sem a previsão de:

- **fonte orçamentária e financeira** necessária à realização da despesa ou
- correspondente **transferência de recursos** financeiros necessários ao seu custeio,



Ressalvadas as obrigações:

- assumidas espontaneamente pelos entes federados
- decorrentes da fixação do salário mínimo